

Funaro discute a dívida com credores

BRASILIA — A reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), que se realizará entre os dias 6 e 12 de abril, será a primeira oportunidade em que o Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, terá para discutir com os bancos credores a renegociação plurianual da dívida externa brasileira, após a adoção do programa de estabilização econômica. Reduzir as transferências líquidas de recursos para os países industrializados, através da diminuição dos juros, taxas de risco (**spread**) e comissões sobre os estoques da dívida, será o recado claro que levava aos banqueiros.

A proposta de capitalização dos juros, a exemplo do que vem sendo pleiteado pelo México junto aos seus credores, chegou a ser examinada pelo Governo brasileiro. Mas essa hipótese já foi descartada por Funaro. Ele considera que o importante para o País é reduzir o serviço de sua dívida. Capitalizar os juros ou tomar novos empréstimos apenas para aumentar as reservas seria transferir para o futuro os encargos de uma monstruosa dívida, que mais uma vez poderia jogar a economia em um processo recessivo.

O Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, também defende que a próxima etapa da renegociação do esto- que da dívida externa (os débitos relativos a 1985 e 1986 já foram renego-

ciados) terá que redundar em menores transferências de poupança interna, de forma a não pressionar tanto as contas da área pública. O elevado serviço da dívida persistiria como um foco de pressão sobre o processo inflacionário.

O Ministro da Fazenda demonstra tranquilidade para a retomada das negociações com os banqueiros na reunião do Comitê Interino, em Washington. Segundo ele, o Brasil vai ao fundo "para ouvir e discutir os aspectos gerais da dívida".

— O Brasil tem hoje uma posição independente e tranqüila. Estamos com moral alta nesse processo de renegociação da dívida e não precisamos atropelar as negociações — afirma Funaro.

Ele manifesta a convicção de que o Programa de Estabilização favorecerá os entendimentos com os banqueiros, colocando o País em melhores condições de negociação. Com a derrubada da inflação (que ao longo dos últimos anos dava justificativas à intransigência dos banqueiros), com o controle do déficit público, o aumento das reservas cambiais, a redução dos gastos com petróleo e a confortável situação da balança comercial, o Ministro da Fazenda acredita que chegou o momento do Brasil obter dos credores melhores condições para o pagamento dos seus débitos, com expressiva redução do serviço da dívida.

